



Demonstrações Financeiras 2023

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 01/03/2024, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Francisco Meller Da Motta
Diretor Executivo
CPF: 000.585.040-10

Jeferson Erhardt
Diretor de Operações
CPF: 016.995.581-83

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20





Demonstrações Financeiras 2023

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale
do Cerrado**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**



Relatório da Administração



Somos o

A primeira instituição
financeira cooperativa
do Brasil

Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de negócio que constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local, oferecendo soluções inteligentes para um desenvolvimento financeiro sustentável com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os efeitos adversos.

Com um propósito único que evolui com a participação coletiva, somos uma cooperativa que além de multiplicar resultados positivos, está comprometida em "fazer juntos para fazer a diferença".



Temos porte e presença nacional

- Estamos presentes em todos os estados e Distrito Federal
- Temos agências em mais de 1,9 mil municípios
- Em mais de 200 municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Somos mais de 7,5 milhões de associados, além da presença no ecossistema digital
- Temos mais de 2,6 mil agências e pontos de atendimento

Nossas soluções financeiras são modernas e colaborativas

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:

Conta corrente
 Cartões

Investimentos
 Seguros

Consórcios
 Máquina de cartões

Cambio
 Crédito e muito mais

Durante o exercício de 2023 destacamos os seguintes fatos administrativos:

Reforçando o compromisso de levar o cooperativismo para todas as pessoas, a cooperativa Sicredi Vale do Cerrado continua seu plano de expansão, dessa vez pelo interior do Estado do Amazonas com a inauguração da sua 21ª agência, na cidade de Manacapuru, encerrando o ano com presença de 05 agências no Estado, sendo duas na capital Manaus. Para sustentar a expansão do negócio cooperativo, desenvolveu um processo de consultoria organizacional na sede da cooperativa, na busca de promover melhores estratégias e eficiência na gestão, assessoria e apoio operacional para as agências.

A Cooperativa ampliou ainda a estrutura de atendimento nas agências e suporte da sede administrativa fechando o exercício com um quadro de 424 colaboradores, 12% de aumento em relação a 2022, dando suporte ao seu crescimento. Ainda na frente de governança, trabalhou a proximidade e representação do quadro de associados e durante todo o ano, promoveu encontros físicos e digitais através das Assembleias, além de encontros de Coordenadores de Núcleos pelos municípios da área de atuação.

De forma local, a cooperativa atuou fortemente para que as demandas dos associados fossem atendidas, especialmente as necessidades de apoio ao crédito, através da ampliação da carteira de crédito com os movimentos de feirões de veículos e energia solar potencializando também o desenvolvimento da economia local.

Além do compromisso com os negócios sociais, trabalhou ativamente em ações de desenvolvimento socioculturais e educacionais através dos programas de responsabilidade social do Sicredi. Com o programa Cooperação na Ponta do Lápis levou educação financeira para de mais de 8,9 mil pessoas, adultos e crianças através de encontros, palestras e formações. Com o Programa Crescer proporcionou conhecimento sobre os princípios e valores do cooperativismo impactando mais de 7 mil associados. Através do Programa A União Faz a Vida participou ativamente da vida de 424 educadores e mais de 8,3 mil alunos da rede de educação dos municípios de Campo Verde, Juscimeira e Jaciara e na APAE de Campo Verde, todos no estado do Mato Grosso. Através do Movimento Voluntariado (Dia "C" de Cooperar) mobilizamos nossos colaboradores e associados ao voluntariado com doação do que temos de mais valioso: o tempo. Foram mais de 8,6 mil pessoas alcançadas pelas ações, além do impacto das ações voltadas ao meio ambiente e aos animais. Durante todo o ano financiamos ações e projetos sociais, desenvolvidos por associações e entidades filantrópicas com repasses em patrocínios e doações através da plataforma Sicredi na Comunidade.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Algumas iniciativas

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Buscamos a sustentabilidade e propósito como bandeira comum, estimulando a participação ativa das lideranças e alinhara a sustentabilidade com temas como: desenvolvimento de negócios sustentáveis, planejamento estratégico, indicadores sistêmicos, propósito e gestão ambidesta;

PROGRAMA PERTENCER

Buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 27 anos de existência, o programa já impactou mais de 4,2 milhões de crianças e adolescentes em 650 municípios.

PROGRAMA CRESER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.



Ser diverso e inclusivo contribui para a construção de uma sociedade mais próspera.

Reconhecimentos

Em 2023 fomos reconhecidos, em vários dos mais célebres rankings e premiações nacionais e internacionais tais como:

- Reconhecimento pelo Environmental Finance Impact Awards 2023, categoria Lender of the year,
- Premiação em três categorias do Open Summit Awards 2023, 1º lugar na categoria "Destaque S3/S4/S5",
- Prêmio Environmental Finance Bond Awards, na categoria Empréstimo Social para mulheres empreendedoras,
- Melhores Empresas para Trabalhar, da GPTW,
- Reconhecimento pelo BNDES com o 1º lugar nas categorias "Atendimento ao Cliente" e "Economia Verde".

Ratings atribuídos ao Sicredi pelas principais agências de riscos do mundo:

AA+(bra) – Fitch
AAA.br – Moodys
brAAA – Standard&Poor's

Conselho de Administração e Diretoria



EY

Building a better
working world

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado
Campo Verde - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Building a better
working world

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



EY

Building a better
working world

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 29 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Renata Zanotta Calçada

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

ATIVO		31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		4.105.871	3.665.756	PASSIVO		3.572.744	3.235.884
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	13.167	12.669	DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.491.334	1.485.342
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.200.811	3.778.113	Depósitos à vista		379.421	357.196
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	33.534	36.085	Depósitos interfinanceiros		231.195	292.820
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	1.263.315	1.201.159	Depósitos a prazo		880.718	835.326
Centralização financeira	(Nota 04)	262.612	251.190	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.928.148	1.610.358
Relações interfinanceiras ativas		2	11	Recursos de aceites e emissão de títulos		1	-
Operações de crédito	(Nota 07)	2.513.891	2.196.931	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	1.838.080	1.526.936
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	127.457	92.737	Obrigações por empréstimos	(Nota 13)	3.041	4.068
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(206.065)	(195.803)	Obrigações por repasses	(Nota 14)	41	148
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	53.962	32.970	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	86.985	79.206
INVESTIMENTOS		7	7	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	152	156
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	40.660	33.399	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	153.110	140.028
INTANGÍVEL	(Nota 10)	3.329	4.401	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	533.127	429.872
TOTAL DO ATIVO		4.105.871	3.665.756	CAPITAL SOCIAL		374.267	279.782
				RESERVAS DE SOBRAS		147.806	137.728
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		11.054	12.362
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.105.871	3.665.756

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

Descrição das contas		01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		309.087	585.256	510.446
Operações de crédito	(Nota 07)	213.550	395.882	387.243
Resultado de títulos e valores mobiliários		78.855	155.835	69.527
Ingressos de depósitos intercooperativos		16.682	33.539	53.676
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(228.851)	(459.505)	(402.971)
Operações de captação no mercado	(Nota 21)	(61.571)	(138.317)	(154.423)
Operações de empréstimos e repasses		(99.638)	(180.165)	(116.670)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(67.642)	(141.023)	(131.878)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		80.236	125.751	107.475
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(50.718)	(94.341)	(82.091)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 22)	29.160	52.843	36.466
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 23)	8.107	14.053	8.577
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 24)	(29.555)	(55.038)	(42.215)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 25)	(30.371)	(61.976)	(55.199)
Dispêndios e despesas tributárias		(200)	(345)	(183)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 26)	14.852	28.432	25.830
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 27)	(42.711)	(72.310)	(55.367)
RESULTADO OPERACIONAL		29.518	31.410	25.384
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		29.518	31.410	25.384
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 19)	832	-	-
Provisão para Imposto de Renda		512	-	-
Provisão para Contribuição Social		320	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(1.777)	(4.403)	(5.939)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		28.573	27.007	19.445

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	243.544	126.603	-	38.810	408.957
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	23.559	-	-	(23.565)	(6)
Destinações para reservas	-	-	15.000	(15.000)	-
Outras destinações	-	-	-	(245)	(245)
Capital de associados					
Aumento de capital	24.708	-	-	-	24.708
Baixas de capital	(21.039)	-	-	-	(21.039)
Reversões de reservas	-	-	(15.000)	15.000	-
Resultado do exercício	-	-	-	19.445	19.445
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.236)	(1.236)
Juros sobre o capital próprio	9.010	-	-	(9.722)	(712)
Reserva legal - Estatutária	-	11.125	-	(11.125)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	279.782	137.728	-	12.362	429.872
Mutações do Exercício	36.238	11.125	-	(26.448)	20.915
Saldos no início do exercício em 01/01/2023	279.782	137.728	-	12.362	429.872
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	7.268	-	-	(7.279)	(11)
Destinações para reservas	-	-	5.000	(5.000)	-
Outras destinações	-	-	-	(83)	(83)
Capital de associados					
Aumento de capital	98.777	-	-	-	98.777
Baixas de capital	(20.724)	129	-	-	(20.595)
Reversões de reservas	-	-	(5.000)	5.000	-
Resultado do exercício	-	-	-	27.007	27.007
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.105)	(1.105)
Juros sobre o capital próprio	9.164	-	-	(9.899)	(735)
Reserva legal - Estatutária	-	9.949	-	(9.949)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	374.267	147.806	-	11.054	533.127
Mutações do Exercício	94.485	10.078	-	(1.308)	103.255
Saldos no início do semestre em 01/07/2023 (Não auditado)	292.970	137.728	5.000	(1.566)	434.132
Capital de associados					
Aumento de capital	83.870	-	-	-	83.870
Baixas de capital	(11.737)	129	-	-	(11.608)
Reversões de reservas	-	-	(5.000)	5.000	-
Resultado do semestre	-	-	-	28.573	28.573
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.105)	(1.105)
Juros sobre o capital próprio	9.164	-	-	(9.899)	(735)
Reserva legal - Estatutária	-	9.949	-	(9.949)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	374.267	147.806	-	11.054	533.127
Mutações do Semestre	81.297	10.078	(5.000)	12.620	98.995

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	98.401	173.349	154.502
Resultado do semestre/exercício	28.573	27.007	19.445
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	69.828	146.342	135.057
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	67.642	141.023	131.878
Distribuição de dividendos	(310)	(582)	(1.089)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	(13)	(230)
Depreciação e amortização	3.608	6.965	5.628
Baixas do ativo permanente	26	58	9
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(33)	(4)	97
Destinações ao FATES	(1.105)	(1.105)	(1.236)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(226.538)	(567.815)	301.845
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	5.524	2.551	(172)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	91.964	(404.401)	(425.139)
Redução em relações interfinanceiras ativas	7.883	9	10
(Aumento) Redução em operações de crédito	(467.403)	(447.721)	308.091
(Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos	1	1	-
Aumento em relações interfinanceiras passivas	60.758	311.144	94.094
(Aumento) em outros ativos financeiros	(24.980)	(34.138)	(8.859)
(Aumento) em outros ativos	(16.357)	(20.979)	(15.185)
Aumento em depósitos	84.060	5.992	277.281
Aumento em passivos financeiros	3.081	7.779	55.908
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(534)	(1.134)	(1.127)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(834)	(3.375)	(3.133)
Aumento em outros passivos	30.299	16.457	20.076
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(128.137)	(394.466)	456.347
Aquisição de imobilizado de uso	(7.923)	(12.408)	(6.901)
Aplicações no intangível	(380)	(804)	(1.189)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(8.303)	(13.212)	(8.090)
Aumento de capital	83.870	98.777	24.708
Baixa de capital	(11.608)	(20.595)	(21.039)
Juros ao capital próprio	(735)	(735)	(712)
Distribuição de Sobras	-	(94)	(251)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	71.527	77.353	2.706
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(64.913)	(330.325)	450.963
Caixa e equivalente de caixa no início do período	687.140	952.552	501.589
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	622.227	622.227	952.552

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	28.573	27.007	19.445
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	28.573	27.007	19.445

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 05/09/1989 e sede situada na Avenida Brasil, 1200, na cidade de Campo Verde - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2023, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.600 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 21 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2024.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 8.725 (dezembro de 2022 - R\$ 5.960) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira comprehende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dívida em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados correntes e não correntes

Resultados correntes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não correntes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Disponibilidades		13.167	12.669
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)			346.448	688.693
Centralização financeira			262.612	251.190
Total			622.227	952.552

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2023 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2022 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2023				Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	33.534	33.534	36.085	
Total			33.534	33.534	36.085	
Total não circulante				33.534	36.085	

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2023				Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Títulos de renda fixa - CPR	21.924	463.371	307.030	792.325	397.675	
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	346.448	-	-	346.448	282.826	
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	-	-	-	-	405.867	
Participações de Cooperativas	-	-	124.542	124.542	114.791	
Total	368.372	463.371	431.572	1.263.315	1.201.159	
Total circulante				831.743	952.086	
Total não circulante				431.572	249.073	

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passaram a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

	Registrados ao custo de aquisição	31/12/2023	31/12/2022
Sicredi Participações S.A.		39.671	39.671
Sicredi Fundos Garantidores		1	1
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte		84.870	75.119
Total		124.542	114.791

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações/quotas possuídas	11.288.800 ON 28.382.098 PN	11.288.800 ON 28.382.098 PN	1 Quotas	1 Quotas	84.870.280 Quotas	75.118.508 Quotas
Percentual de participação	0,91%	1,24%	0,62%	0,62%	8,74%	13,41%
Capital social	4.341.716	3.208.211	161	161	971.071	559.963
Patrimônio líquido	4.427.933	3.298.737	416.033	369.267	987.882	570.217
Resultado líquido do exercício	120.326	115.902	46.767	1.195	1.590	2.064
Valor das participações das cooperativas	39.671	39.671	1	1	84.870	75.119
	0,91%	1,24%			8,74%	13,41%

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2023			31/12/2022	
		A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	59.636	166.130	498.565	630.263	1.354.594	999.359
Financiamentos	4.851	34.216	90.071	201.245	330.383	317.918
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.332	57.103	441.053	310.598	819.086	877.187
Financiamentos habitacionais	10	138	283	9.397	9.828	2.467
Total das operações de crédito	74.829	257.587	1.029.972	1.151.503	2.513.891	2.196.931
Avaís e fianças honrados (Nota 08)	3.353	3.159	-	-	6.512	1.605
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	80.482	26.622	315	107.419	81.288
Total de outros créditos	3.353	83.641	26.622	315	113.931	82.893
Carteira total	78.182	341.228	1.056.594	1.151.818	2.627.822	2.279.824
Total circulante					1.476.004	1.328.441
Total não circulante					1.151.818	951.383

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
AA	-	146.006	41.584	-	-
A	0,50	1.041.084	981.930	5.206	4.909
B	1,00	679.474	706.747	6.795	7.068
C	3,00	360.070	215.335	10.802	6.460
D	10,00	156.303	107.867	15.630	10.787
E	30,00	64.260	50.017	19.278	15.005
F	50,00	40.449	26.042	20.224	13.021
G	70,00	40.152	39.137	28.106	27.396
H	100,00	100.024	111.165	100.024	111.157
Total		2.627.822	2.279.824	206.065	195.803

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 689.317 (dezembro de 2022 - R\$ 520.795) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 29). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 21.563 (dezembro de 2022 - R\$ 15.652) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2023			31/12/2022	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	37.109	157.404	373.543	455.140	1.023.196	767.123
Rural	10.332	57.103	441.053	310.598	819.086	877.187
Industrial	310	3.537	2.331	5.732	11.910	10.722
Comércio	18.819	68.249	130.818	214.016	431.902	342.161
HabACIONAL	10	138	283	9.397	9.828	2.467
Pessoas jurídicas	11.602	54.797	108.566	156.935	331.900	280.164
Total	78.182	341.228	1.056.594	1.151.818	2.627.822	2.279.824
Total circulante					1.476.004	1.328.441
Total não circulante					1.151.818	951.383

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
10 maiores devedores	208.823	7,95	165.855	7,27
50 devedores seguintes	517.229	19,68	478.755	21,00
100 devedores seguintes	435.672	16,58	396.742	17,40
Demais	1.466.098	55,79	1.238.472	54,33
Total	2.627.822	100,00	2.279.824	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	196.734	195.803	148.159
Constituição de provisão	131.189	244.391	220.236
Reversão de provisão	(63.547)	(103.368)	(88.358)
Movimento da provisão para perdas no resultado	67.642	141.023	131.878
Movimentação de baixados para prejuízo	(58.311)	(130.761)	(84.234)
Saldo final	206.065	206.065	195.803

f) Resultado com operações de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e títulos descontados	226.858	195.455
Financiamentos	65.693	63.661
Financiamentos rurais e agroindustriais	83.434	105.995
Financiamentos habitacionais	659	37
Outros	923	539
Subtotal	377.567	365.687
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	18.315	21.556
Total	395.882	387.243

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 170.990 (2022 - R\$ 112.292).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCIEROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	107.419	81.288
Rendas a receber	5.090	4.313
Avali e fianças honrados (Nota 07)	6.512	1.605
Transações com cartão de crédito	8.280	5.262
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17)	156	269
Total	127.457	92.737
Total circulante	126.985	92.383
Total não circulante	472	354

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outros valores e bens	8.646	15.431
Adiantamentos e antecipações salariais	229	200
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	995	710
Adiantamentos para Confederação Sicredi	2.295	689
Convênios	475	462
Cotas de consórcio	50	491
Atualização monetária sobre DIs (Central)	1.284	1.145
Impostos e contribuições a compensar	706	866
Pendências a regularizar	14.443	2.469
Valores a receber SFG	278	18
Outros	365	380
Total circulante	29.766	22.861
Outros valores e bens	24.196	10.109
Total não circulante	24.196	10.109
Total	53.962	32.970

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	32.751	25.404
Imóveis	25.461	20.532
Veículos e afins	6.360	3.942
Máquinas e equipamentos	930	930
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(67)	(80)
Material em estoque	-	9
Despesas antecipadas	158	207
Total	32.842	25.540

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(80)	(310)
Constituição de provisão	-	(20)
Reversão de provisão	13	250
Saldo final	(67)	(80)

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	59.346	(18.686)	40.660	33.399
Imobilizações em curso	-	4.678	-	4.678	1.886
Terrenos	-	4.096	-	4.096	1.596
Edificações	4%	10.969	(2.236)	8.733	9.171
Instalações	10%	3.199	(1.275)	1.924	2.091
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	11.184	(5.417)	5.767	6.138
Móveis e equipamentos	10%	10.219	(2.925)	7.294	5.474
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	3.134	(1.012)	2.122	2.133
Equipamentos de processamento de dados	20%	11.673	(5.627)	6.046	4.910
Veículos	20%	194	(194)	-	-
Intangível		12.983	(9.654)	3.329	4.401
Investimentos Confederação	20%	9.425	(6.932)	2.493	2.855
Outros ativos intangíveis	20%	3.558	(2.722)	836	1.546

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	379.421	-	-	379.421	357.196
Depósitos interfinanceiros	4.438	175.452	51.305	231.195	292.820
Depósitos a prazo	2.166	1.323	877.229	880.718	835.326
Total	386.025	176.775	928.534	1.491.334	1.485.342
Total circulante				562.800	577.552
Total não circulante				928.534	907.790

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Repasses interfinanceiros	1.838.075	1.526.936
Recebimentos e pagamentos a liquidar	5	-
Total	1.838.080	1.526.936

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	70.370	871.519	590.514	1.532.403	1.221.264
Total - Recursos do Crédito Rural	70.370	871.519	590.514	1.532.403	1.221.264
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	69.336	108.783	127.553	305.672	305.672
Total - Outros Recursos	69.336	108.783	127.553	305.672	305.672
Total	139.706	980.302	718.067	1.838.075	1.526.936
Total circulante				1.120.008	982.436
Total não circulante				718.067	544.500

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 15,55% a.a. com vencimentos até 22/12/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.064	1.977	3.041	4.068
Total	-	1.064	1.977	3.041	4.068
Total circulante				1.064	1.102
Total não circulante				1.977	2.966

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% a.a com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	41	-	-	41	147
CEF	-	-	-	-	1
Total	41	-	-	41	148
Total circulante				41	148

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 30/06/2024.

Os recursos internos para repasses no país também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES, tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para garantias financeiras prestadas	6.660	4.989
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	6.771	4.355
Recursos em trânsito de terceiros	1.302	1.850
Total circulante	14.733	11.194
Provisão para garantias financeiras prestadas	14.903	10.663
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	57.349	57.349
Total não circulante	72.252	68.012
Total	86.985	79.206

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de crédito de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente ou na data do vencimento.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2023		31/12/2022	
		Cível	Provável	Total	152
Total não circulante				152	156
Natureza		31/12/2022	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2023
Cível		156	81	(85)	152
Total não circulante		156	81	(85)	152

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Cível	79	2.478	21	698
Tributária	3	2.907	3	810
Trabalhistas	1	245	-	-
Total	83	5.630	24	1.508

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo número 1001955-10.2023.8.11.0051, versando sobre matéria tributária em que se discute sobre ISSQN. O processo encontra-se em fase final. O valor estimado de R\$ 2.821 respectivamente, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível. No entendimento da cooperativa os créditos de contribuição previdenciária apontados efetivamente existem e são suficientes para compensação integral dos débitos informados.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 156 (dezembro de 2022 - R\$ 269), registrados na rubrica de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Transações com cartões de crédito	114.089	89.229
Provisão para pagamentos a efetuar	7.103	5.192
Cotas de capital a pagar	6.059	4.468
Provisão para participações nos lucros	1.813	2.616
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.105	3.375
Impostos e contribuições a recolher	2.580	2.801
Credores diversos	10.386	10.079
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis	1.099	1.840
Cheques administrativos	2.066	18.134
Cobrança e arrecadação de tributos	455	603
Pendências a regularizar	6.355	1.691
Total	153.110	140.028
Total circulante	153.110	138.338
Total não circulante	-	1.690

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de adquirência).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

Em 2023 as propostas de crédito imobiliário passaram a ser vinculadas diretamente à carteira das cooperativas ao invés do Banco Sicredi. Na conta são registrados os valores de recursos a liberar aos vendedores, referentes aos contratos do imobiliário.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	374.267	279.782
Total de associados	97.915	81.268

Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do capital social foi de R\$ 94.485 (dezembro de 2022 – R\$ 36.238), sendo R\$ 16.432 (dezembro de 2022 – R\$ 32.569) via integralização de resultados e R\$ 98.777 (dezembro de 2022 – R\$ 24.708), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 20.724 (dezembro de 2022 – R\$ 21.039).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,27% em conta capital, no montante de R\$ 9.899 (dezembro de 2022 – R\$ 9.722), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a Reserva Legal

A partir de dezembro de 2023, a cooperativa passou a contabilizar a reversão de capital a pagar não procurado pelos ex associados há mais de dez anos, anteriormente destacado do capital para o passivo, conforme o disposto na Lei Complementar nº 196/22, no valor de R\$ 129.

d) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do período	27.007	19.445
(-) Juros sobre capital próprio	(9.899)	(9.722)
(+) Reversões de reservas	5.000	15.000
(=) Base de cálculo das destinações estatutárias	22.108	24.723
Descrição	% das destinações	31/12/2023
FATES	5%	(1.105)
Reserva Legal	45%	(9.949)
(=) Total das destinações		(11.054)
Sobras Líquidas a disposição da AGO		11.054
31/12/2022	% das destinações	
	5%	(1.236)
	45%	(11.125)
		(12.361)
		12.362

A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores, conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	31.410	25.384
Participação nas sobras	(4.403)	(5.939)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	27.007	19.445
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(10.803)	(7.972)
Efeitos dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	7.313	5.529
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	3.960	3.986
Demais adições e exclusões previstas na legislação	249	408
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros.

No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, summarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	33.534	36.085
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	1.263.315	1.201.159
Centralização financeira (Nota 04)	262.612	251.190
Outros ativos financeiros (Nota 08)	4.571	3.059
Outros ativos (Nota 09)	3.857	1.852
Intangível (Nota 10)	2.493	2.855
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	231.195	292.820
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	1.838.075	1.526.936
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	3.041	4.068
Outros passivos (Nota 17)	110.724	82.646
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	64.120	61.704
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	155.835	69.527
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	7.892	5.540
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26)	2.673	1.691
Ingressos de depósitos intercooperativos	33.539	53.676
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 21)	38.407	53.916
Operações de empréstimos e repasses	180.160	116.662
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 25)	5.647	4.984
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 27)	21.965	21.707

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2023	% em relação ao total	31/12/2022
Depósitos à vista	496	0,13%	868
Depósitos a prazo	7.457	0,85%	8.154
Operações de crédito	5.911	0,24%	4.750

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Pessoas chave da administração	4.440	3.503

NOTA 21 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos interfinanceiros	9.547	27.627	45.558
Depósitos de aviso prévio	16	31	33
Depósitos a prazo	45.630	97.927	98.623
Letras financeiras	5.379	10.780	8.358
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	999	1.952	1.851
Total	61.571	138.317	154.423

NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Cobrança	1.356	2.649	2.867
Comissões	55	59	125
Consórcios	2.073	3.909	3.162
Convênios	346	704	732
Distribuição de produtos e serviços bancários	3.610	7.625	5.263
Processamento da compensação	28	55	60
Seguros	3.275	5.689	3.809
Taxas e tarifas	727	1.232	810
Serviços de pagamento	14.851	24.719	17.591
Antecipação de recebíveis	2.644	5.860	1.804
Outros serviços	195	342	243
Total	29.160	52.843	36.466

NOTA 23 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Pacotes de serviços - PF	4.848	8.438	5.130
Serviços prioritários - PF	94	236	352
Serviços diferenciados - PF	-	1	1
Serviços especiais - PF	4	5	-
Tarifas bancárias - PJ	3.161	5.373	3.094
Total	8.107	14.053	8.577

NOTA 24 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	15.794	29.789	23.162
Benefícios	8.076	15.179	11.227
Encargos sociais	5.682	10.064	7.791
Treinamentos	3	6	35
Total	29.555	55.038	42.215

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Água, energia e gás	665	1.122	821
Aluguéis	1.698	3.417	3.339
Comunicação	656	1.329	1.070
Manutenção e conservação	2.610	5.479	2.861
Material de expediente	233	553	613
Processamento dados	2.301	4.102	3.531
Propaganda e publicidade	328	591	341
Promoções e relações públicas	5.798	10.259	8.289
Serviços do sistema financeiro	2.035	3.733	2.607
Assessoria e consultoria	1.026	1.538	1.433
Auditória externa	46	46	41
Serviços jurídicos	751	1.680	975
Serviços de terceiros	454	830	968
Serviços de técnicos especializados	948	6.196	11.598
Serviços de vigilância e segurança	764	1.463	1.139
Serviços de transportes	1.248	2.242	1.699
Depreciação	2.644	5.089	3.995
Amortização (Rateio Confederação)	608	1.165	922
Amortização outros ativos intangíveis	356	711	711
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.441	3.981	3.133
Emolumentos e taxas diversas	2.016	3.599	2.073
Ressarcimento tarifas	75	120	55
Seguros	80	128	97
Outras despesas administrativas	1.590	2.603	2.888
Total	30.371	61.976	55.199

NOTA 26 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Absorção de dispêndios - FATES	834	3.375	3.133
Lucros na alienação de valores e bens	18	45	800
Recuperação de encargos e despesas	4.586	6.767	4.970
Reversão de provisões operacionais	63	408	4.297
Reversão de provisões impostos folha	1.128	1.548	1.211
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	5.014	9.473	5.569
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 16)	76	85	92
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	-	2.767	3.131
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	180	346	324
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	292	572	822
Juros ao capital	1.593	1.593	-
Lucros e dividendos	310	582	1.089
Outras rendas operacionais	758	871	392
Total	14.852	28.432	25.830

(a) A partir de julho de 2023, a linha de receita referente ao aluguel de máquinas de cartões, que anteriormente era contabilizada em "Outros Ingressos e Receitas Operacionais", passou a ser registrada em "Outros Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços", na linha de "serviços de pagamento". Essa alteração segue a Instrução Normativa (IN) nº 343/23.

NOTA 27 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Descontos concedidos em renegociação e crédito	5.246	7.795	6.368
Contribuições Cooperativistas	84	167	195
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	719	1.135	837
Contribuição Confederação Sicredi	7.851	14.562	10.560
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	946	2.032	1.691
Encargos da administração financeira	4	7	5
Prejuízo na alienação de valores e bens	27	42	270
Provisões para garantias financeiras prestadas	11.230	17.414	11.246
Provisões para passivos contingentes (Nota 16)	43	81	189
Outras provisões operacionais	922	1.776	1.451
Serviços associados a transações de pagamento	11.564	19.649	11.646
Risco operacional	881	1.354	1.367
Juros e comissões	1	43	92
Tarifa serviços folha pagamento servidores	9	16	8
Distribuição de produtos e serviços bancários	1.489	3.368	7.522
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	165	314	487
Outras despesas operacionais	1.530	2.555	1.433
Total	42.711	72.310	55.367

NOTA 28 – RESULTADO NÃO RECURRENTE

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes das destinações	28.573	27.007	19.445
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	28.573	27.007	19.445

NOTA 29 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de garantias prestadas	689.315	520.792
Coobrigações em cessões de crédito	2	3
Total	689.317	520.795

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 30 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normalização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócios (BIA) são identificados os serviços considerados críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB. Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Líquidez

O entendimento de Risco de Líquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade, disponibilidade das informações, a governança e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 31 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	593.918	487.175
Nível I (NI)	529.798	425.471
Capital principal - CP	529.798	425.471
Capital social	374.267	279.782
Reservas de capital	147.806	137.728
Sobras acumuladas	11.054	12.362
Ajustes Prudenciais	(3.329)	(4.401)
Nível II (NII)	64.120	61.704
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	64.120	61.704
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	3.870.459	2.925.123
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	20.161	1.761
Margem de Capital	167.359	178.276
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,34%	16,65%
Situação de Imobilização (Imob)	40.667	33.406
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,85%	6,86%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 32 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2023, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 33 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, em 23 de Novembro de 2023 o Banco Central divulgou a Resolução BCB nº 352, norma complementar a Resolução CMN nº 4.966, no qual divulgou os procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de "SPPJ"), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (metodologia simplificada), e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

As Cooperativas Singulares e as Centrais, aprovaram internamente em sua governança, o plano de implementação com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O resumo do plano está demonstrado a seguir:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

O SICREDI organizou internamente em Grupos de Trabalhos, no qual estão atuando nas aplicações dos conceitos da nova norma, incluindo: aplicação de novas metodologias, políticas, processos e consequente reflexos sistêmicos.

Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. O processo completo de implantação será concluído até a data de entrada em vigor das normas.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação do elenco de contas do Cosif, estabelecendo novas estruturas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados através das Instrução Normativa BCB nº 426 a 433 de 1/12/2023. As avaliações dos impactos do plano de contas estão em andamento com revisão do projeto.

b) Lei nº 14.467 de 16/11/2022

A Lei 14.467 publicada em 16 de novembro de 2022, prevê novos critérios para o reconhecimento fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos do setor financeiro, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Vista que esta norma está diretamente relacionada com a implementação da Resolução CMN 4.966/2021 ("IFRS 9"), o Sicredi está analisando os impactos de forma conjunta entre diversas áreas, especialmente riscos, contabilidade".

c) Acesso não autorizado no ambiente de tecnologia da informação

Em 3 de fevereiro de 2024, o Sistema Sicredi detectou acesso não autorizado no ambiente de tecnologia da informação, exclusivamente em operações de cartões de crédito. Em resposta, foram ativados imediatamente os protocolos de segurança e adotadas medidas protetivas e corretivas que previnam a ocorrência de incidentes semelhantes no futuro, não tendo sido identificados, até o momento, impactos materiais. O Sistema Sicredi está atuando para determinar as responsabilidades.

Francisco Meller Da Motta
Diretor Executivo
CPF: 000.585.040-10

Jeferson Erhardt
Diretor de Operações
CPF: 016.995.581-83

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20